



FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

CNPJ 07.388.265/0001-58
HIGS 707 / Bl. R. Casa 54 / Cep: 70.351-718 / Brasília, DF
www.fnpj.org.br

PROPOSTA DO FNPJ PARA A REFORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES EM JORNALISMO

VERSÃO PRELIMINAR (20 de março de 2009)

1. PREMISSAS

A proposta de diretrizes curriculares em jornalismo ora apresentada pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) baseia-se na proposta de diretrizes curriculares debatidas em seminário nacional realizado em Campinas-SP, em 1999, e no Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo, das quais a entidade é signatária e co-autora. Além disso, fundamenta-se nas seguintes premissas:

- 1.1 O conjunto de instrumentos norteadores da formação do jornalista deve ser buscado na definição conceitual da atividade que se pretende ensinar. A pergunta “*o que é jornalismo?*” deve ter, necessariamente, precedência sobre idêntica problematização dirigida à área ou grande área em que esta atividade se situa;
- 1.2 Pela crescente importância que o jornalismo adquiriu nas sociedades contemporâneas, a formação do jornalista deve se afirmar na especificidade e identidade da atividade, e não na generalidade das áreas nas quais se situa.
- 1.3 Seguindo essa metodologia, todas as formulações deste documento baseiam-se no dado histórico de que o jornalismo da contemporaneidade é aquele que se convencionou chamar de informativo, que desde o século XIX suplantou a imprensa opinativa, embora os veículos noticiosos ainda reservem espaços para a opinião e a análise; E, aqui, é fundamental que o Jornalismo busque, sempre, refletir/projetar a pluralidade dos sujeitos sociais da contemporaneidade, para além de crenças, interesses particulares ou afins.
- 1.4 Partem da noção, também, de que o jornalismo informativo, como fenômeno social, se constitui como forma singular de conhecimento, comunicação, mediação e construção da realidade, e que se presta também, e por outro lado, a fins econômicos e de exercício de poder político;
- 1.5 Tal concentração no conceito e na especificidade do jornalismo significam o reconhecimento e a defesa da comunicação como grande área na qual o jornalismo deve se inserir como **curso** e profissão com identidades absolutamente próprias. Essa busca da identidade no campo acadêmico está pautada em considerações teórico-epistemológicas, mas também na necessidade e exigência da sociedade, que não aceita, no campo profissional, a confusão do jornalismo com a publicidade, a ficção, o entretenimento e a comunicação institucional, embora o legitime como forma específica de comunicação e comunicabilidade social.
- 1.6 A constituição do jornalismo como curso específico de graduação também requer cursos de mestrado e doutorado próprios, ancorados na graduação e na profissão e visando não só a produção de reflexão crítica sobre a atividade, mas a preparação de futuros professores de jornalismo.



FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

CNPJ 07.388.265/0001-58
HIGS 707 / Bl. R. Casa 54 / Cep: 70.351-718 / Brasília, DF

www.fnpi.org.br

- 1.7 O preparo para o exercício do jornalismo requer uma a formação de caráter teórico-técnico e cultural de, no mínimo, quatro anos, ou 2.700 horas-aula, referenciada pela especificidade conceitual e técnica do jornalismo como instituição social e fenômeno histórico-social. Ensino teórico, técnico e formação cultura devem se fundir em uma só prática pedagógica, que não concebe o treinamento para o domínio das técnicas sem a reflexão sobre e não aceita a reflexão dissociada das aptidões técnicas e da singularidade da profissão;
- 1.8 O curso de jornalismo deve se estruturar, portanto, sobre um núcleo identitário constituído pelas teorias, pelas técnicas e pela deontologia do jornalismo, em espaços e atividades próprios à reflexão e ao treinamento, experimentação e produção de novos saberes (atividades laboratoriais). A partir desse núcleo gravitacional é que devem ser organizadas as interfaces com os saberes da grande área da comunicação e com aquelas que situem o profissional nos seus contextos político, econômico, histórico, geográfico, cultural, filosófico, social, psicológico, lingüístico, discursivo, tecnológico, ético e jurídico;
- 1.9 A formação do jornalista também deve levar em consideração a sua atualização frente a novas realidades políticas, culturais e tecnológicas, e para as possibilidades e demandas sociais como o jornalismo comunitário e as assessorias de imprensa, mas sem se descaracterizar conceitualmente e sem trair as aspirações da maioria da sociedade no que diz respeito ao direito dos cidadãos à informação de qualidade.
- 1.10 No que diz respeito às demandas das comunidades, a formação deve manter o foco no jornalismo, o jornalismo comunitário, sem qualquer necessidade de se descaracterizar como tal em prol de algo diferente, a comunicação comunitária
- 1.11 No que diz respeito aos novos suportes tecnológicos, deve significar:
 - a) a formação de um jornalista e não de comunicador polivalente, idéia da Ciespal já rejeitada pela realidade brasileira, embora se conceba, aqui, o jornalismo como uma forma específica de comunicação e que ser comunicação, indireta/mediada, é a fonte de toda a sua força e vitalidade;
 - b) a formação de um jornalista capaz de produzir e atuar em todos os suportes tecnológicos e não, necessariamente, de um jornalista multimídia, termo utilizado mais pelas corporações comerciais para eliminar grande número de jornalistas do mercado profissional, sobrecarregando os remanescentes e prejudicando drasticamente a qualidade da informação recebida pela população. O prefixo *multi* não deve ser entendido como sinônimo necessário de *simultâneo*, no sentido de o jornalista, por dominar todas as técnicas, linguagens e suportes tecnológicos, ser obrigado a operá-las simultânea ou quase simultaneamente, pois essa associação contribui para o diagnóstico apontado.
 - c) a formação de um profissional capaz de compreender criticamente os processos básicos de convergência tecnológica e discursiva e as suas implicações sociais, políticas, econômicas, culturais e jurídicas;
- 1.12 As novas tecnologias, ao invés de eliminar o jornalismo como instituição e o jornalista como profissional, só aprofundaram a necessidade social de ambos como instrumentos singulares de organização e mediação da imensa gama de informações que circulam pelas suas redes e de produção de informações



FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

CNPJ 07.388.265/0001-58
HIGS 707 / Bl. R. Casa 54 / Cep: 70.351-718 / Brasília, DF
www.fnpj.org.br

novas, técnica e eticamente orientadas pelo interesse público e inspiradoras de credibilidade, segundo o perfil e as competências abaixo relacionadas. As novas plataformas tecnológicas de comunicação, especialmente a internet, abriram enormes possibilidades de comunicação e integração humana, tornando-se excelentes ferramentas de dinamização e democratização das relações sociais. Mas, embora troquem com muito mais facilidade informações e se comuniquem de forma muito mais eficaz, inclusive com veículos próprios e pessoais de comunicação como os blogs e sites, os cidadãos não se tornaram jornalistas. O conceito de cidadão-jornalista só revela, no nosso entendimento, a possibilidade bem maior do que antes de o cidadão colaborar com a mídia jornalística com informações, inclusive visuais, sobre fatos que presenciou, mas ele não ultrapassará a sua condição de fonte-testemunha, embora privilegiada, que raramente terá a preocupação ou poderá se dedicar a construir informação e discurso tipicamente jornalísticos, metodológica e eticamente orientados pelo interesse público, capazes de superar em profundidade e pluralidade de pontos de vista o testemunho ou a impressão pessoal.

- 1.13 A formação do futuro jornalista deve abrir espaço para a efetiva interação com o mundo do trabalho e dos ambientes em que se realizem atividades jornalísticas, quer sejam comerciais, públicos, comunitários, corporativos ou do terceiro setor. Tal aproximação deve se dar não só a partir de programas de estágio, de caráter necessariamente não-obrigatório e efetivamente acadêmico, mas também a partir de consórcios de produção de saber e troca de experiências, em formatos como projetos de pesquisa, palestras, reuniões, cátedras e outros;
- 1.14 A formação superior específica em jornalismo não só qualifica os profissionais e o jornalismo, atendendo às modernas exigências sociais e potencializando o direito dos cidadãos à comunicação e à informação como direito-meio para realização de outros direitos. Ela também democratiza o acesso à profissão. A transferência da competência para determinar quem integrará e sobre qual conhecimento se constituirá a corporação profissional, dos domínios exclusivos dos proprietários e dirigentes das corporações jornalísticas para as instituições de ensino, permite que todos os cidadãos possam ter acesso, desde que se submetam às regras e processos públicos de seleção;
- 1.15 A qualidade da formação em jornalismo não depende só das diretrizes curriculares, e dos projetos pedagógicos e das matrizes curriculares sobre elas construídos. Novas diretrizes curriculares exigirão, também, por parte do MEC e seus órgãos, novas diretrizes para os processos (1) de autorização e reconhecimento dos cursos e (2) de todas as etapas e instrumentos de avaliação. Todos eles precisam acompanhar a presente proposta de afirmação dos currículos na identidade do jornalismo;
- 1.16 A pouca clareza com o que se vem chamando de dupla diplomação é vista com bastante preocupação pelo FNPJ. Em princípio, reforçamos a noção de que dupla diplomação já existe, e pode existir, pois se caracteriza pela conclusão integral de um segundo curso. A intenção de permitir a portadores de diploma de outras áreas o exercício do jornalismo, com carga horária reduzida significa, na realidade:
 - a) a necessidade de legislação específica, o que é competência do Congresso Nacional



FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

CNPJ 07.388.265/0001-58
HIGS 707 / Bl. R. Casa 54 / Cep: 70.351-718 / Brasília, DF
www.fnpi.org.br

- b) não uma dupla diplomação, mas uma formação complementar à primeira e incompleta do ponto de vista da segunda, isto é, das necessidades do jornalismo, segundo o que se debate no próprio processo de renovação das diretrizes curriculares;
- c) um risco sério de descaracterização da profissão do jornalista;

2. O PERFIL DESEJÁVEL DO JORNALISTA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, CULTURAIS, SOCIAIS E TECNOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

Nessa primeira versão da sua proposta, o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo entende que o egresso do curso de Jornalismo deve:

- 2.1 Demonstrar competências profissionais, sociais e intelectuais para a criação, produção, distribuição e análise crítica referentes aos meios de comunicação, às práticas profissionais e sociais com elas relacionadas, e as suas inserções cultural, política e econômica;
- 2.2 Demonstrar competências que reflitam a variedade e mutabilidade dos fenômenos e demandas sociais e profissionais na área, propiciando uma capacidade de adequação à complexidade e à velocidade que caracterizam o mundo contemporâneo;
- 2.3 Saber utilizar criticamente, em sua atividade profissional, o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso, com competência, portanto, para posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício do poder através do jornalismo, sobre os constrangimentos a que o jornalismo pode ser submetido, sobre as repercussões sociais que enseja e, ainda, sobre as demandas da sociedade contemporânea em relação à atividade;
- 2.4 Ter uma percepção fundamentada da sociedade contemporânea e desta área que adquire crescente complexidade, pluralidade e importância com a emergência de sistemas e práticas de comunicação que exercem crescentes determinações sobre a cultura, a política e a economia;
- 2.5 Perceber que, sem submeter-se aos rigores metodológicos próprios da ciência, o jornalismo tem o compromisso de perseguir um elevado grau de objetividade no registro e interpretação dos fatos sociais tendo, inclusive, a prerrogativa de amparar-se no conhecimento científico existente;
- 2.6 Perceber que o jornalismo, operando uma ruptura com a linguagem especializada da ciência, pode contribuir para a sua tradução e disseminação pública, de modo a qualificar o senso comum;
- 2.7 Perceber que, mesmo sem desfrutar o mesmo grau de liberdade de linguagem própria da arte, o jornalismo, ao adotar um criativo procedimento de seleção, hierarquização e apresentação dos fatos sociais, pode gerar percepções e interpretações aprofundadas e inovadoras da realidade que sejam, igualmente, capazes de qualificar o senso comum, enriquecendo o universo cultural dos indivíduos;
- 2.8 Reconhecer o interesse público existente em relação à geração de conhecimento válido sobre os fenômenos que envolvem o exercício do jornalismo e a especificidade que o distingue do conjunto do campo da Comunicação;



FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

CNPJ 07.388.265/0001-58
HIGS 707 / Bl. R Casa 54 / Cep: 70.351-718 / Brasília, DF
www.fnpi.org.br

- 2.9 Ter proficiência na aplicação de teorias e técnicas relacionadas com as linguagens e práticas aplicáveis ao exercício do jornalismo.
- 2.10 Identificar a amplitude das decorrências da atuação profissional própria dos jornalistas e a existência de condicionamentos para o exercício da sua função social, o que implica na necessidade de discernimento para posicionar-se, em perspectiva social e individual, com o equacionamento de questões ligadas à democracia e à ética;
- 2.11 Alcançar compreensão e identificação dos fundamentos éticos prescritos para a conduta dos jornalistas profissionais e da atitude de cidadania necessária ao exercício profissional dos jornalistas, a partir do reconhecimento das expectativas e demandas da sociedade em relação ao seu papel social e ao produto da sua atividade;
- 2.12 Ter percepção do inter-relacionamento entre as funções profissionais dos jornalistas com as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área das comunicações;
- 2.13 Perceber que, além do seu papel de produtor de conhecimento, característica do jornalismo contemporâneo, exerce o papel de mediador das outras formas de conhecimento e da pluralidade de opiniões que disputam o acesso à esfera pública social, o que lhe impõe a consciência de colocar o interesse público e a postura democrática acima de suas convicções pessoais.
- 2.14 Por fim, o egresso em Jornalismo deve ter sensibilidade profissional para compreender, e agir, num mundo em que o chamado 'espaço de trabalho' (já) não reside mais exclusivamente em estruturas empresariais, mas também e fundamentalmente em demandas sociais possíveis por uma informação plural, contextualizada e capaz de contribuir para com a construção da cidadania.

3. COMPETÊNCIAS A SEREM CONSTRUÍDAS NA FORMAÇÃO SUPERIOR DO JORNALISTA EM TERMOS DE CONHECIMENTO, HABILIDADES, ATITUDES E VALORES

Como decorrência importância do jornalismo como produção de conhecimentos específicos e mediação de outras formas de conhecimento e da pluralidade de opiniões sociais, propõe-se uma formação teórico-técnica referenciada pela especificidade do jornalismo como instituição social e fenômeno histórico-social. A partir desse núcleo devem ser estabelecidas as interfaces necessárias para situar o futuro jornalista nas dimensões da generalidade da comunicação midiática e nos contextos político, econômico, histórico, geográfico, cultural, filosófico, social, psicológico, lingüístico, discursivo, técnico, tecnológico, ético e jurídico.

A formação dos jornalistas deve ser fundamentada na compreensão de que o exercício do Jornalismo constitui uma atividade profissional especializada na formulação, seleção, estruturação e disponibilização de informações que são usadas pelos cidadãos para a construção, percepção e entendimento crítico da realidade e, por consequência, para se situarem diante dela.

Portanto, e para que não restem dúvidas, referenciar a formação do jornalista na realidade específica da atividade requer conhecimento/formação



FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

CNPJ 07.388.265/0001-58
HIGS 707 / Bl. R. Casa 54 / Cep: 70.351-718 / Brasília, DF
www.fnpi.org.br

teórica, cultural e técnica e, de maneira específica, o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:

- 3.1 Compreensão e identificação dos fundamentos éticos prescritos para a conduta dos jornalistas profissionais, com base na compreensão conceitual da atividade e no Código de Ética dos Jornalistas;
- 3.2 Atitude de cidadania adequada ao exercício profissional, a partir do reconhecimento das expectativas e necessidades da sociedade em relação ao seu papel social e ao produto da sua atividade;
- 3.3 Assimilação crítica de conceitos que permitam a apreensão de teorias;
- 3.4 Aptidão no uso e na compreensão das linguagens e técnicas discursivas e narrativas habitualmente utilizadas nos processos de produção jornalística;
- 3.5 Capacidade de compreensão da dimensão político-jurídica da comunicação social no Brasil e no mundo
- 3.6 Capacidade de tratar de problemas teóricos ligados ao jornalismo, em primeira lugar, e à comunicação, em segundo, estabelecendo relações factuais e conceituais diante de questões concretas pertinentes à profissão e à área em que está inserida
- 3.7 Capacidade de interpretar, explicar e contextualizar as informações;
- 3.8 Capacidade de compreender os processos envolvidos na recepção de mensagens jornalísticas e seus impactos sobre os diversos setores da sociedade;
- 3.9 Assimilar criticamente conceitos que permitam a apreensão das teorias jornalísticas;
- 3.10 Buscar a máxima compreensão da realidade e ser exigente na busca da verdade, com postura ética e compromisso com a cidadania;
- 3.11 Manter-se crítico e independente, no que diz respeito às relações de poder e às mudanças que ocorrem na sociedade;
- 3.12 Ser capaz de identificar o que é informação de interesse público e pautar-se eticamente no tratamento dessas informações
- 3.13 Identificar e equacionar problemas éticos do jornalismo;
- 3.14 Domínio da língua portuguesa e das estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação;
- 3.15 Domínio do inglês e do espanhol como línguas de largo uso mundial e no contexto geográfico em que está inserido o Brasil;
- 3.16 Saber registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens com o domínio da linguagem jornalística apropriada aos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação;
- 3.17 Capacidade de investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção e editá-los em espaço e período de tempo limitados;
- 3.18 Saber formular pautas e planejar coberturas jornalísticas;



FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

CNPJ 07.388.265/0001-58
HIGS 707 / Bl. R. Casa 54 / Cep: 70.351-718 / Brasília, DF
www.fnpj.org.br

- 3.19 Saber formular questões e conduzir entrevistas;
- 3.20 Saber trabalhar em equipe com profissionais e relacionar-se com fontes de informação de qualquer natureza;
- 3.21 Desenvolver aptidão para lidar com situações novas, desconhecidas e inesperadas;
- 3.22 Compreender e saber sistematizar e organizar os processos de produção jornalística;
- 3.23 Capacidade para propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de comunicação;
- 3.24 Capacidade de avaliar criticamente produtos e práticas jornalísticas, bem como produtos e empreendimentos.

4. CONTEÚDOS BÁSICOS

Os conteúdos básicos envolvem tanto conhecimentos teóricos como práticos, tanto reflexões como aplicações relacionadas ao curso de jornalismo e suas interfaces. São básicos, portanto, no sentido de que devem atravessar toda a formação do jornalista e são assim discriminados:

- 4.1 Conhecimentos teórico-conceituais;
- 4.2 Conhecimentos analíticos e informativos sobre a atualidade;
- 4.3 conhecimentos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas;
- 4.4 Conhecimentos ético-políticos;

4.1.1 Os conhecimentos teórico-conceituais visam:

- a) Conhecer o papel dos sistemas e processos de comunicação na contemporaneidade, em particular dos veículos que desenvolvem produção jornalística, bem como da evolução histórica destes sistemas e suas relações com a cultura, a política e a economia;
- b) Proporcionar a compreensão da especificidade da atividade de produção de conhecimento e de mediação social inerente ao jornalismo, em relação às demais formas de produção de conhecimento (ciência, arte e filosofia) e de mediação social;
- c) Possibilitar a compreensão da natureza das linguagens e dos fenômenos lingüísticos utilizados nos sistemas contemporâneos de comunicação e, em particular, no processo de produção jornalística, abrangendo imagem, som, texto, as dimensões gráfica, audiovisual e multimídia, e seus correspondentes recursos sintáticos e gramaticais, sintáticos, semânticos e pragmáticos;
- d) Desenvolver familiaridade com o uso de conceitos e um raciocínio conceitual que permita aos alunos aprender e lidar rigorosamente com teorias gerais e específicas, inclusive acionando-as na interpretação da realidade social e profissional;
- e) Possibilitar a interpretação da realidade social na qual o profissional se insere, com instrumental da filosofia que dê conta das etapas anteriores da história



FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

CNPJ 07.388.265/0001-58
HIGS 707 / Bl. R. Casa 54 / Cep: 70.351-718 / Brasília, DF
www.fnpj.org.br

humana e estimule o exercício do pensamento especulativo sobre as possibilidades de futuro;

- f) Proporcionar o conhecimento, em perspectiva, das diversas etapas da história universal e, em particular, da história do país, com o instrumental científico da história e das ciências sociais;
- g) Propiciar o reconhecimento da precedência lógica e epistemológica, embora não necessariamente cronológica, da formação teórica em relação ao domínio das técnicas para o entendimento da realidade humana e social;

4.2 Os Conhecimentos analíticos e informativos sobre a atualidade visam:

- a) O enriquecimento da formação com informações sobre variados aspectos da atualidade, com temáticas definidas na Proposta Pedagógica e viabilizado com disciplinas específicas oferecidas pelos próprios cursos ou com disciplinas oferecidas por outros cursos, desde que compatíveis com as diretrizes curriculares dos cursos de Jornalismo.
- b) Propiciar aos alunos um rico estoque de informações sobre variados aspectos da atualidade, pois esta constitui a matéria-prima essencial para os futuros profissionais do jornalismo. Estas informações devem, simultaneamente, assegurar a apreensão de interpretações consistentes da realidade e possibilitar aos estudantes a realização de análises qualificadas acerca dos fatos culturais, políticos e econômicos;

4.3 Os conhecimentos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas visam:

- a) Assegurar ao estudante o domínio das linguagens, das técnicas e tecnologias tipicamente empregadas nos processos de produção jornalística, bem como assegurar uma reflexão aprofundada sobre suas aplicações e processos. Também deve possibilitar a pesquisa e a experimentação de inovações das linguagens, técnicas e tecnologias, visando a formação de um profissional versátil e em sintonia com as tendências de acelerada mutabilidade dos sistemas e práticas jornalísticas na contemporaneidade.
- b) Possibilitar a aplicação da teoria, com o desenvolvimento e a experimentação de conceitos e de meios técnicos;
- c) Possibilitar o conhecimento de linguagens e modalidades da comunicação jornalística que contribuam para o alargamento da compreensão sobre os fenômenos contemporâneos da área da comunicação e para o desenvolvimento de atividades profissionais de cunho inovador;
- d) Viabilizar o domínio e emprego eficiente de linguagens próprias da atividade jornalística nas distintas modalidades correspondentes aos diversos veículos de comunicação existentes;
- e) Propiciar o domínio dos processos de gestão de recursos humanos, materiais e financeiros inerentes à produção jornalística, considerando os diversos tipos de veículos e empreendimentos de portes diversos;



FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

CNPJ 07.388.265/0001-58
HIGS 707 / Bl. R Casa 54 / Cep: 70.351-718 / Brasília, DF
www.fnpi.org.br

- f) Conhecer metodologias de planejamento de produtos e atividades jornalísticas e empreendimentos de comunicação que viabilizem a produção jornalística.

4.4 Os conhecimentos ético-políticos visam:

- a) Permitir ao estudante posicionar-se sobre a atuação dos profissionais do jornalismo, sobre o exercício do poder do jornalismo e da comunicação, sobre os constrangimentos a que o jornalismo pode ser submetido, sobre as repercussões sociais que ele enseja e sobre as demandas da sociedade contemporânea, sempre em uma perspectiva de fortalecimento da idéia de cidadania, com o estímulo do respeito aos direitos humanos, às liberdades, à pluralidade e à diversidade, à justiça social e à democracia, inclusive na área do jornalismo e da comunicação;
- b) Conhecer e analisar criticamente os pressupostos filosóficos e as bases técnicas que orientam a organização dos sistemas de comunicação no Brasil e no mundo;
- c) Propiciar o pensamento crítico em relação aos modelos estabelecidos de organização e às práticas dos sistemas de comunicação no Brasil e no mundo;
- d) Identificar e compreender os fundamentos éticos que devem pautar a conduta dos jornalistas, o que deverá ser alcançado com:
- (1) estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral (deontologia) assim como a capacitação para o debate dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação e valoração (ética) nas diversas escolas filosóficas e períodos da história;
 - (2) o conhecimento e a avaliação crítica do Código de Ética dos Jornalistas e dos códigos de ética das diversas categorias profissionais e segmentos empresariais da área das comunicações;
 - (3) a capacitação para a interpretação e aplicação do Código de Ética dos Jornalistas frente a situações concretas vividas por estes nas suas atividades profissionais;
- e) Estimular a atitude de cidadania necessária ao exercício profissional dos jornalistas, o que deve ser alcançado com o conhecimento e a avaliação crítica:
- (1) da legislação profissional dos jornalistas e dos demais profissionais da área da comunicação;
 - (2) da legislação que rege a organização sindical no país;
 - (3) da organização e da atuação das instituições representativas dos jornalistas nos planos regional, nacional e internacional;
 - (4) da legislação da área das comunicações do Brasil e de outros países;
 - (5) das posições do governo federal, dos partidos políticos e dos setores organizados da sociedade civil sobre a organização e o funcionamento dos sistemas de comunicação no país, bem como sobre o papel dos profissionais que atuam na área das comunicações;



FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

CNPJ 07.388.265/0001-58
HIGS 707 / Bl. R Casa 54 / Cep: 70.351-718 / Brasília, DF
www.fnpi.org.br

(6) das necessidades sociais atendidas pelas atividades jornalísticas, mediadas pela atuação dos profissionais, assim como uma compreensão acerca das demandas existentes que estiverem sem atendimento;

f) Proporcionar a compreensão e identificação do inter-relacionamento entre as funções profissionais dos jornalistas com as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área das comunicações, o que deverá ser buscado através:

(1) do reconhecimento da especificidade das funções profissionais dos jornalistas em relação às demais funções profissionais na área das comunicações;

(2) do reconhecimento dos condicionamentos ao exercício das funções profissionais dos jornalistas estabelecidos pelas formas de organização e empreendimento dos sistemas e processos de comunicação existentes no país.

5. OBSERVAÇÕES FINAIS

- 5.1 As sugestões aqui apresentadas pelo FNPJ visam contribuir para o debate (na forma de audiência pública) para que as novas diretrizes ao ensino de Jornalismo no Brasil sejam, de fato, reformuladas, mas em sintonia com o espaço, importância e contribuição que a produção jornalística contemporânea tem nas formas de organização social e, em especial, com presença ativa na qualidade de vida da grande maioria da população. Afinal, pouco adiantaria inventar artifícios para “descaracterizar” a produção jornalística (seja a que chega ao usuário/contribuinte pela TV, rádio, jornal impresso, web, dentre outros suportes técnicos);
- 5.2 O FNPJ, para além de entender e defender a especificidade da área de conhecimento que o Jornalismo constitui partilha da compreensão defendida pela FENAJ, SBPJor e outras entidades representativas do campo, de que a sociedade brasileira só tem a ganhar com o fortalecimento e a legitimidade do Jornalismo, a partir do delineamento de diretrizes do ensino que apontem para a crescente autonomia da formação profissional em Jornalismo;
- 5.3 Por fim, é fundamental destacar que uma das óbvias constatações da ciência contemporânea (de que todo conhecimento é interdisciplinar) não pode ser usada como estratégia de descaracterização de um setor que tem registrado um crescimento acelerado ao longo das duas últimas décadas, seja por meio de novos suportes técnicos (redes, digitalização de meios analógicos) ou da abertura/reconhecimento de centenas de cursos universitários, com aval do próprio órgão responsável pelo ensino superior no Ministério da Educação. O entendimento basilar deste documento é o de que o prefixo *inter* significa comunicação com, em perspectiva, e não fusão ou anulação do objeto e do sujeito próprios em função de outro. A noção de dialogicidade de Freire e Bakhtin, por exemplo, nos ensina que não há comunicação com a anulação prévia dos sujeitos de discurso.